

**Prazos Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V. Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.03.2026 e 31.03.2025, acompanhada do parecer dos auditores independentes. Durante o exercício findo em 31.03.2026, a Companhia concentrou seus esforços na prestação de serviços logísticos, prática que a administração pretende manter nos próximos exercícios.

Balanco Patrimonial em 31 de Março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R\$)				
ATIVO	Nota explicativa	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
		31/03/2026	31/03/2025	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.129	43.027	
Contas a receber	5	49.872	52.782	
Impostos a recuperar	6	8.263	15.997	
Outros créditos		7.170	3.942	
Total do ativo circulante		111.434	115.748	
<b>Não Circulante</b>				
Outros créditos		732	751	
Impostos a recuperar	6	7.544	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	6.523	9.084	
Direitos de uso	8	3.810	5.294	
Imobilizado e intangível	7	83.094	81.904	
Total do ativo não circulante		101.703	97.023	
<b>Total do Ativo</b>		<b>213.137</b>	<b>212.771</b>	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R\$)						
Saldo em 31 de Março de 2024	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
24.900	4.980	66.710	159	-	-	96.749
Saldo inicial de exercício	-	-	-	-	13.016	13.016
Dividendos mínimos propostos (RS 0,006 por ação)	-	-	-	-	(130)	(130)
Constituição de reserva de lucros	-	-	12.886	-	(12.886)	-
<b>Saldo em 31 de Março de 2025</b>	<b>24.900</b>	<b>4.980</b>	<b>79.596</b>	<b>159</b>	<b>-</b>	<b>109.635</b>
Saldo inicial de exercício	-	-	-	-	5.889	5.889
Dividendos mínimos propostos (RS 0,006 por ação)	-	-	-	-	(4.123)	(4.123)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.766	-	(1.766)	-
<b>Saldo em 31 de Março de 2026</b>	<b>24.900</b>	<b>4.980</b>	<b>81.362</b>	<b>159</b>	<b>-</b>	<b>111.401</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Março de 2026 e de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

**1. Contexto operacional:** A Velocidade Logística S.A. ("Sociedade") foi constituída em agosto de 2008 e iniciou suas atividades operacionais após um ano, a partir da aquisição de contratos de prestação de serviços logísticos, com clientes dos setores automotivo e de bens de consumo no Brasil e na Argentina. Em 2021, a Sociedade iniciou operações internacionais com os países Uruguai, Paraguai e Chile. Em 2022, também iniciou serviços de transportes refrigerados. A Sociedade está sediada na Avenida Luiz Merenda, 215, em Diadema, Estado de São Paulo. Em 21 de maio de 2003, a Sociedade constituiu uma filial na Argentina registrada perante a "Inspección General de Justicia - IGJ" e a "Administração Federal de Ingresos Públicos - AFIP", exclusivamente para viabilizar a operação de transporte internacional entre Brasil e Argentina, cuja administração está concentrada na matriz estabelecida no Brasil. A Sociedade tem como principal local de negócios sua matriz brasileira, estando as movimentações da filial Argentina devidamente registradas nos livros societários e sujeita às normas tributárias do Brasil. A Sociedade é, desde dezembro de 2011, do Grupo Mitsui, seu controlador e holding, corporação que está presente em diversos países e atua em diversos segmentos econômicos. No Brasil, a Sociedade atua nos setores logístico e de transporte com operações em entrepostos aduaneiros.

**Encerramento do exercício social:** Considerando a prática adotada pelo Grupo Mitsui, para fins de consolidação das demonstrações financeiras, a administração da Sociedade optou por encerrar o exercício social em 31 de março de 2026. **Continuidade operacional:** Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil estão baseadas nas práticas contábeis da legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo verificadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

**2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.3. Moeda funcional:** A moeda funcional da Sociedade é o real - R\$. De acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras", a moeda funcional da Sociedade, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem.

**2.5. Uso de estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e a avaliação de passivos e ativos monetários, patrimônio líquido e saldos da Sociedade. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.6. Hiperinflação na Argentina:** A Velocidade possui filial na Argentina, constituída uma economia hiperinflacionária. O Instituto Nacional de Estadística e Censos da Argentina ("INDEC") divulga os dados do índice geral de preços, que têm sido consistentemente publicados na Argentina e utilizados como base para o monitoramento da inflação. Com base nesse dados, a inflação acumulada nos últimos três anos excedeu 100%, o que corresponde ao critério quantitativo estabelecido pela IAS 29 - "Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias". De acordo com o IAS 29, ativos e passivos não monetários, patrimônio líquido e saldos da Sociedade de resultados da subsidiária que opera em uma economia hiperinflacionária são ajustados pela variação do poder de compra geral da moeda, aplicando o Índice Geral de Preços ao Consumidor ("IPC"). As demonstrações financeiras da filial na Argentina, cuja moeda funcional é a de uma economia altamente inflacionária, sejam elaboradas com base a custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de medida vigente na data do balanço e convertidas para Real utilizando a taxa de câmbio ao final do período de reporte.

**3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais - 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrações classificadas como de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **3.2. Contas a receber:** Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustadas ao seu valor presente. A provisão para Perdas de Créditos Esperadas - PCE é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada, conforme critérios mencionados na nota explicativa nº 3.7. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização. **3.3. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável estimada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme o método de arrendamento é confirmado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.4. Arrendamentos:** Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente deste quando o ajuste do arrendamento é confirmado. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, taxa média de juros ao ano utilizada pela Sociedade de 6 a 10%, para imóveis de terceiros, 10% para locação de caminhões, 14% para carretas e 19% para locação de veículos, com base na taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. Na demonstração de fluxo de caixa, os pagamentos de juros e principal de arrendamentos são apresentados como atividade de financiamento. **3.5. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão

de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A Sociedade analisou o valor de recuperação dos ativos e não identificou situações que requerissem o reconhecimento de provisão em 31 de março de 2026. **3.7. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para a obrigação no fim de cada período ou exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.8. Apropriação do resultado:** Os custos e as despesas são registrados conforme o período de competência. **3.9. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outros deduzidos similares. As receitas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil de competência, conforme cumprimento da obrigação de performance estabelecida com seus clientes. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) evidência da existência de contrato; (b) serviço efetivamente prestado; (c) preço fixado e determinado; e (d) provável recebimento. As receitas de prestação de serviços da filial localizada na Argentina cuja serviços foram prestados, porém ainda não cobrados, são reconhecidas como títulos a futuro. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos para o imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir certos não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre diferenças temporárias referentes aos saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e às bases fiscais correspondentes usadas na aplicação do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período ou exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Sociedade espera, no fim de cada período ou exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **3.11. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuídos à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.12. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, o lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **3.13. Reserva de lucros:** A reserva de lucros tem como objetivo principal o financiamento de projetos de investimento da Sociedade. De acordo com o previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo de reserva de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Attingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A utilização dessa reserva de lucros foi para investimentos em aquisições de novos ativos imobilizados. No momento, não há intenção de capitalizar essas reservas. **3.14. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio elaborada pela Administração da Sociedade, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar". **3.15. Lucro líquido e diluído por ação:** O lucro líquido por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potências que provocariam diluição. **3.16. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio de redução, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA). **3.17. Adoção de normas de contabilidade de novas e revisadas - Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente as IFRS abaixo relacionadas são os obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações da Sociedade. **Pronunciamento:** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21). **Descrição:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamento-

de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A Sociedade analisou o valor de recuperação dos ativos e não identificou situações que requerissem o reconhecimento de provisão em 31 de março de 2026. **3.7. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para a obrigação no fim de cada período ou exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.8. Apropriação do resultado:** Os custos e as despesas são registrados conforme o período de competência. **3.9. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outros deduzidos similares. As receitas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil de competência, conforme cumprimento da obrigação de performance estabelecida com seus clientes. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) evidência da existência de contrato; (b) serviço efetivamente prestado; (c) preço fixado e determinado; e (d) provável recebimento. As receitas de prestação de serviços da filial localizada na Argentina cuja serviços foram prestados, porém ainda não cobrados, são reconhecidas como títulos a futuro. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos para o imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir certos não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre diferenças temporárias referentes aos saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e às bases fiscais correspondentes usadas na aplicação do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período ou exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Sociedade espera, no fim de cada período ou exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **3.11. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuídos à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.12. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, o lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **3.13. Reserva de lucros:** A reserva de lucros tem como objetivo principal o financiamento de projetos de investimento da Sociedade. De acordo com o previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo de reserva de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Attingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A utilização dessa reserva de lucros foi para investimentos em aquisições de novos ativos imobilizados. No momento, não há intenção de capitalizar essas reservas. **3.14. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio elaborada pela Administração da Sociedade, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar". **3.15. Lucro líquido e diluído por ação:** O lucro líquido por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potências que provocariam diluição. **3.16. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio de redução, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA). **3.17. Adoção de normas de contabilidade de novas e revisadas - Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente as IFRS abaixo relacionadas são os obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações da Sociedade. **Pronunciamento:** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21). **Descrição:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamento-

7. Imobilizado e Intangível:	31/03/2026		31/03/2025	
	Saldo inicial	31/03/2026	31/03/2025	
Adições:	81.904	86.907		
Carretas				
Carretas frigoríficas	15.657	7.189		
Barragem	833	152		
Caminhões	198	156		
Beneficiárias e instalações	18,2	8,548		
Máquinas e equipamentos	10	3,973		
Móveis e utensílios	10	1,741		
Veículos operacionais	20	1,110		
Equipamentos de comunicação	20	284		
Computadores e periféricos	20	4,032		
Adiantamentos para compra de ativos	-	249		
Software	163,007	(80,213)	82,794	81,633
Total	20	5,518	(5,218)	300
		188,525	(85,431)	83,094

A movimentação dos ativos imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Taxa anual de depreciação/amortização %	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	
			31/03/2026	31/03/2025
7	96.220	(30.269)	65.951	54.242
10	3.321	(1.521)	1.800	2.819
20	41.708	(31.322)	10.386	10.386
18,2	8.548	(7.150)	1.398	1.797
10	3,973	(2.882)	1.111	1.045
10	1,741	(919)	822	766
20	1,110	(376)	734	251
20	284	(228)	56	54
20	4,032	(3.285)	747	896
-	249	-	249	1.731
163,007	(80,213)	82,794	81,633	
20	5,518	(5,218)	300	271
		188,525	(85,431)	83,094

Saldo inicial	31/03/2026		31/03/2025	
	31/03/2026	31/03/2025		
81.904	86.907			
Adições:				
Carretas	15.657	7.189		
Beneficiárias e instalações	833	152		
Máquinas e equipamentos	198	156		
Móveis e utensílios	142	189		
Veículos operacionais	653	59		
Equipamentos de comunicação	7	28		
Computadores e periféricos	150	169		
Software	93	199		
Total de adições	17.733	8.082		
Baixas líquidas	(1.601)	(782)		
Reclassificações	(1.871)	(353)		
Depreciação e amortização	(12,271)	(13,819)		
Saldo final	83,094	81,904		

Análise de indicadores de redução ao valor recuperável de ativo intangível - "impairment": Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025, não foram identificados indicadores de perda do valor recuperável de ativos da Administração.

Dessas Ativos de Uso	31/03/2026		Valor	
	Prazo médio dos contratos de arrendamento	Custo		Depreciação acumulada
Imóveis de terceiros	De 2017 a 2028	10.753	(8.936)	1.817
Locação de caminhões	De 2021 a 2026	3.060	(2.703)	357
Locação de carretas	De 2023 a 2028	3.271	(1.690)	1.581
Locação de veículos	De 2025 a 2028	29	(24)	55
Total		17.163	(13.355)	3.810

Dessas Ativos de Uso	31/03/2026		Valor	
	Prazo médio dos contratos de arrendamento	Custo		Depreciação acumulada
Imóveis de terceiros	De 2017 a 2026	9.138	(7.135)	2.003
Locação de caminhões	De 2021 a 2026	3.060	(2.091)	969
Locação de carretas	De 2023 a 2028	3.271	(959)	2.312
Total		15.469	(10.185)	5.284

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Março de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido e diluído por ação)						
Nota explicativa	31/03/2026			31/03/2025		
	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receita Líquida de Serviços Prestados</b>	16	<b>353.786</b>	<b></b>			

continuação

em 31 de março de 2026 e de 2025 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.657	20.099
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(3.283)	(6.833)
Efeitos tributários sobre:		
Outras adições permanentes	(485)	(250)
Despesas de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(3.768)	(7.083)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(1.207)	(1.558)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(2.561)	(5.525)
Alíquota efetiva	39%	35%

**20. Resultado Básico e Diluído por Ação:** Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do exercício	5.889	13.016
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais	24.900	24.900
Lucro básico por ação (em reais)	0,237	0,523

Em 31 de março de 2026 e de 2025, não existem efeitos dilutivos que afetem o lucro básico por ação.

**21. Seguros:** A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das atividades da Sociedade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de março de 2026 e de 2025, os valores de cobertura de seguros são:

Modalidade	31/03/2026	31/03/2025
Multirrisco (incêndio, danos elétricos etc.)	87.232	84.455
Responsabilidade civil de administradores - "Directors and Officers"	10.000	10.000
Responsabilidade civil - RCG	5.000	5.000
Seguros pessoais dos motoristas	7.253	9.452

(\*) Informação não auditada.

Yusuke Shionoya - Diretor Presidente

Aos Administradores e Acionistas da Veloce Logística S.A. - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Veloce Logística S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veloce Logística S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Março de 2026 e de 2025** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**22. Instrumentos Financeiros - a) Considerações Gerais:** Em 31 de março de 2026 e de 2025, a Sociedade mantém operações envolvendo instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e dividendos, que se aproximam do valor de mercado devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

**b) Categoria dos instrumentos financeiros**

	31/03/2026	31/03/2025	Categoria
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	46.129	43.027	Custo amortizado
Contas a receber	49.872	52.782	Custo amortizado
Outros créditos	7.170	3.942	Custo amortizado
Passivos financeiros:			
Fornecedores	26.391	21.823	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar	4.595	6.207	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	52.480	57.601	Custo amortizado
Outras contas a pagar	479	1.439	Custo amortizado
Dividendos	1.490	130	Custo amortizado

**c) Risco de crédito e concentração de vendas:** Parcela significativa da receita líquida está concentrada em dois principais clientes. No exercício findo em 31 de março de 2026, esses clientes representaram 68% da receita líquida de serviços (66% em 31 de março de 2025). Por meio de controles internos, a Sociedade monitora constantemente as contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. **d) Risco de taxa de juros:** Esse risco está relacionado à possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que resultem no aumento significativo das despesas financeiras com empréstimos e financiamentos captados no mercado; entretanto os empréstimos e financiamentos da Sociedade são de curto prazo, exceto o empréstimo realizado em junho de 2025 que é de longo prazo e todos estão com taxas pós-fixadas, minimizando riscos de oscilações de taxa de juros de mercado. **e) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação de recursos por meio da manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e o caixa e equivalentes de caixa. **Derivativos e divulgações:** Em 31 de março de 2026 e de 2025, a Sociedade não efetuou nenhuma operação de instrumentos financeiros derivativos. A Sociedade também não possui nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros que requersem divulgações específicas.

**Veloce Logística S.A.** - CNPJ nº 10.299.567/0001-64

**23. Partes Relacionadas - a) Transações entre partes relacionadas:**

	31 de março de 2026
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>Direito de Uso</b>
Mitsui & Co. Ltd. (i)	1.490
Mitsui Rail Capital Participações Ltda. (ii)	-
Total	1.490

	31 de março de 2025
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>Direito de Uso</b>
Mitsui Rail Capital Participações Ltda. (ii)	969
Total	969

As partes relacionadas realizaram transações com base nos critérios estabelecidos entre as partes, com as seguintes naturezas: (i) Mitsui & Co. Ltd.: Valor correspondente a 70% do lucro líquido de dividendo (antecipação de R\$2.633 realizada em março de 2025 – conforme nota explicativa nº 15). (ii) Mitsui Rail Capital Participações Ltda.: Valor correspondente a contrato de arrendamento de caminhões. **b) Remuneração da Administração:** A remuneração de diretores e demais pessoas chave da Administração é classificada como benefício de curto prazo e totaliza R\$1.954 em 31 de março de 2026 (R\$1.891 em 31 de março de 2025), conforme segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Salários, férias e 13º salário	1.359	1.608
Participação nos lucros e resultados - PLR e gratificação	505	186
Assistência médica e seguro de vida	90	97
Total	1.954	1.891

**24. Informação por Geografia:** A Sociedade mantém as atividades operacionais com clientes dos setores automotivo e de bens de consumo no Brasil, Argentina e em outros países como Chile, Paraguai e Uruguai. As informações da receita por área geográfica estão detalhadas a seguir:

	31/03/2026				31/03/2025			
	Brasil	Argentina	Outros	Total	Brasil	Argentina	Outros	Total
Receita bruta de serviços:								
Transporte nacional	38.925	-	-	38.925	40.319	-	-	40.319
Transporte internacional	214.509	77.828	8.576	300.913	242.208	52.563	7.068	301.839
Armazenamento - "cross docking"	10.465	-	-	10.465	10.145	-	-	10.145
Armazenamento - "in house"	9.725	-	-	9.725	9.602	-	-	9.602
Total	273.624	77.828	8.576	360.028	302.274	52.563	7.068	361.905
Deduções	(6.242)	-	-	(6.242)	(5.802)	-	-	(5.802)
Receita líquida de serviços prestados	267.382	77.828	8.576	353.786	296.472	52.563	7.068	356.103

**25. Transações que não Afetaram o Caixa**

	31/03/2026	31/03/2025
Dividendos propostos	1.490	130
Provisão frete mínimo	289	6
Adições de arrendamento	1.694	178
Total	3.473	314

**26. Eventos Subsequentes:** Conforme a Medida Provisória nº 1.343/2026, Resolução ANTT nº 6.078/2026 e Portaria SUROC nº 6/2026, o CIOT (código identificador da operação de transporte) passou a ser obrigatório para operações de transporte rodoviário remunerado, com ampliação das validações da ANTT, incluindo verificação do piso mínimo de frete e definição das responsabilidades de emissão entre contratantes, subcontratantes etc. (empresa de transporte rodoviário de cargas). Desde 24 de maio de 2026, a Sociedade já está enquadrada e aderente as normas da Medida Provisória.

**27. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 12 de junho de 2026.

**31 de março de 2026**

	Arrendamentos			
	Direito de Uso	Passivo de Arrendamentos	Custo do Arrendamento	Despesas Financeiras
	-	-	-	-
	357	(438)	(774)	79
	357	(438)	(774)	79

**31 de março de 2025**

	Arrendamentos			
	Direito de Uso	Passivo de Arrendamentos	Custo do Arrendamento	Despesas Financeiras
	969	(1.133)	(774)	143
	969	(1.133)	(774)	143

**31/03/2026**

	31/03/2026	31/03/2025
	1.359	1.608
	505	186
	90	97
	1.954	1.891

**24. Informação por Geografia:** A Sociedade mantém as atividades operacionais com clientes dos setores automotivo e de bens de consumo no Brasil, Argentina e em outros países como Chile, Paraguai e Uruguai. As informações da receita por área geográfica estão detalhadas a seguir:

	31/03/2026				31/03/2025			
	Brasil	Argentina	Outros	Total	Brasil	Argentina	Outros	Total
Receita bruta de serviços:								
Transporte nacional	38.925	-	-	38.925	40.319	-	-	40.319
Transporte internacional	214.509	77.828	8.576	300.913	242.208	52.563	7.068	301.839
Armazenamento - "cross docking"	10.465	-	-	10.465	10.145	-	-	10.145
Armazenamento - "in house"	9.725	-	-	9.725	9.602	-	-	9.602
Total	273.624	77.828	8.576	360.028	302.274	52.563	7.068	361.905
Deduções	(6.242)	-	-	(6.242)	(5.802)	-	-	(5.802)
Receita líquida de serviços prestados	267.382	77.828	8.576	353.786	296.472	52.563	7.068	356.103

**25. Transações que não Afetaram o Caixa**

	31/03/2026	31/03/2025
Dividendos propostos	1.490	130
Provisão frete mínimo	289	6
Adições de arrendamento	1.694	178
Total	3.473	314

**26. Eventos Subsequentes:** Conforme a Medida Provisória nº 1.343/2026, Resolução ANTT nº 6.078/2026 e Portaria SUROC nº 6/2026, o CIOT (código identificador da operação de transporte) passou a ser obrigatório para operações de transporte rodoviário remunerado, com ampliação das validações da ANTT, incluindo verificação do piso mínimo de frete e definição das responsabilidades de emissão entre contratantes, subcontratantes etc. (empresa de transporte rodoviário de cargas). Desde 24 de maio de 2026, a Sociedade já está enquadrada e aderente as normas da Medida Provisória.

**27. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 12 de junho de 2026.

Marcia Maria Braga de Azevedo - Contadora - CRC nº 1 SP-257433/O-2

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das

demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2026

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Giselle C. Teixeira Defavari**  
Contadora  
CRC nº 1 SP 264857/O-6



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 03/07/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

[https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/03/VEL\\_OCE1590061103072026.pdf](https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/07/03/VEL_OCE1590061103072026.pdf)  
Hash: 1783022641d85b2219517046b68db6e5330f67b878